

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	10
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	11
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	12

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração	15
----------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	68
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	69
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	70

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.132.038
Preferenciais	0
Total	1.132.038
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	25/09/2015	Dividendo	30/09/2015	Ordinária		27,50125
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	27/02/2015	Dividendo	27/03/2015	Ordinária		89,69505
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	27/02/2015	Dividendo	27/03/2015	Ordinária		89,69505

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	541.197	684.850	590.051
1.01	Ativo Circulante	134.848	220.356	82.638
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	43.823	126.567	38.224
1.01.02	Aplicações Financeiras	46.743	55.531	16.216
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	46.743	55.531	16.216
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Vinculadas	46.743	55.531	16.216
1.01.03	Contas a Receber	41.420	35.388	26.974
1.01.03.01	Clientes	17.830	17.619	16.899
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	23.590	17.769	10.075
1.01.03.02.01	Contas a Receber Com Partes Relacionadas	23.590	17.769	10.075
1.01.04	Estoques	0	65	73
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.086	1.934	431
1.01.07	Despesas Antecipadas	710	815	691
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	66	56	29
1.01.08.03	Outros	66	56	29
1.02	Ativo Não Circulante	406.349	464.494	507.413
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	213.742	199.770	196.061
1.02.01.03	Contas a Receber	15	14	14
1.02.01.03.01	Clientes	15	14	14
1.02.01.06	Tributos Diferidos	29.814	32.962	40.303
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	29.814	32.962	40.303
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	181.696	164.075	154.000
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	181.696	164.075	154.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.217	2.719	1.744
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	2.217	2.719	1.744
1.02.03	Imobilizado	910	964	1.134
1.02.04	Intangível	191.697	263.760	310.218

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	541.197	684.850	590.051
2.01	Passivo Circulante	234.957	203.954	129.881
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.840	2.064	2.262
2.01.02	Fornecedores	5.032	3.050	3.025
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.769	4.762	4.853
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.257	3.291	3.446
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.512	1.471	1.407
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	125.734	117.191	43.959
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	428	317	0
2.01.04.02	Debêntures	125.306	116.874	43.959
2.01.05	Outras Obrigações	60.616	53.238	47.529
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.382	2.339	2.332
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	2.382	2.339	2.332
2.01.05.02	Outros	58.234	50.899	45.197
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.508	2.572	0
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	2.463	1.417	871
2.01.05.02.05	Credores pela Concessão	50.136	46.752	44.221
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	127	158	105
2.01.06	Provisões	36.966	23.649	28.253
2.01.06.02	Outras Provisões	36.966	23.649	28.253
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	36.966	23.649	28.253
2.02	Passivo Não Circulante	150.290	310.136	304.784
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	71.803	178.517	132.638
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	327	754	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	327	754	0
2.02.01.02	Debêntures	71.476	177.763	132.638
2.02.02	Outras Obrigações	56.815	93.177	128.321
2.02.02.02	Outros	56.815	93.177	128.321
2.02.02.02.04	Credores pela Concessão	56.815	93.177	128.265

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.02.02.02.05	Fornecedores	0	0	56
2.02.04	Provisões	21.672	38.442	43.825
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.169	4.332	3.145
2.02.04.02	Outras Provisões	16.503	34.110	40.680
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	16.503	34.110	40.680
2.03	Patrimônio Líquido	155.950	170.760	155.386
2.03.01	Capital Social Realizado	107.543	107.543	107.542
2.03.04	Reservas de Lucros	48.407	63.217	47.844
2.03.04.01	Reserva Legal	6.109	6.109	9.547
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	42.298	57.108	38.297

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	308.771	319.473	293.167
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-164.887	-142.686	-147.359
3.03	Resultado Bruto	143.884	176.787	145.808
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-22.523	-16.623	-16.862
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.591	-16.822	-17.185
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-20.373	-15.478	-16.492
3.04.02.02	Remuneração Administração	-1.674	-1.303	-668
3.04.02.03	Tributárias	-544	-41	-25
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	68	199	323
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	121.361	160.164	128.946
3.06	Resultado Financeiro	-18.596	-16.118	-26.037
3.06.01	Receitas Financeiras	41.242	35.729	17.716
3.06.02	Despesas Financeiras	-59.838	-51.847	-43.753
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	102.765	144.046	102.909
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-32.773	-47.971	-35.528
3.08.01	Corrente	-29.625	-40.632	-35.289
3.08.02	Diferido	-3.148	-7.339	-239
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	69.992	96.075	67.381
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	69.992	96.075	67.381
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,06183	0,08487	0,62660
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,06183	0,08487	0,62660

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	69.992	96.075	67.381
4.03	Resultado Abrangente do Período	69.992	96.075	67.381

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	205.445	185.522	177.082
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	136.129	92.592	111.085
6.01.01.01	Depreciação e Amortização	85.307	71.270	64.336
6.01.01.03	Baixa de Ativo Permanente	495	6	96
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	3.148	7.339	239
6.01.01.06	Disp. de Juros, Líquida de Receitas	35.270	34.019	23.425
6.01.01.08	Const.(rever.)de prov. para Conting.	883	1.446	353
6.01.01.10	Result. Financ. com Ajuste a Vr.Presente	6.439	3.300	2.291
6.01.01.11	Provisao para Manutenção em Rodovias	20.139	-14.474	16.138
6.01.01.13	Var. monet. e juros s/ credores p/ concessão	15.462	13.167	17.233
6.01.01.14	Receitas com aplic. financeiras vinculadas	-3.683	-2.750	-1.173
6.01.01.15	Receitas financeiras com mútuo entre partes relacionadas	-27.331	-20.731	-11.853
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-676	-3.145	-1.384
6.01.02.01	Contas a Receber	-211	-947	-1.520
6.01.02.02	Estoques	65	8	2
6.01.02.03	Despesas Antecipadas, adto.fornec.e outr	105	-123	-144
6.01.02.04	Imposto a Recuperar	-154	-1.504	122
6.01.02.05	Fornecedores	2.323	795	1.005
6.01.02.06	Fornecedores - partes relacionadas	1.842	9	610
6.01.02.07	Obrigações Sociais	776	-198	386
6.01.02.08	Obrigações Fiscais	21.326	34.804	32.695
6.01.02.09	Cauções Contratuais	-4.092	546	-841
6.01.02.10	Depósito Judicial	502	-975	-609
6.01.02.11	Credores pela Concessão	3	19	-321
6.01.02.12	Outras contas a pagar	-31	53	-36
6.01.02.13	Contas a receber com partes relacionadas	-210	0	0
6.01.02.14	Outros créditos	-10	-24	-25
6.01.02.15	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	-46	-259	-911
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-23.291	-35.349	-31.797

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01.02.17	Despesas antecipadas sobre empréstimos	428	0	0
6.01.02.18	Outras contas a receber	-1	0	0
6.01.03	Outros	69.992	96.075	67.381
6.01.03.01	Lucro Líquido (prejuízo)	69.992	96.075	67.381
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-29.817	-62.614	-14.930
6.02.02	Aquisições de Ativo Imobilizado	-353	-210	-544
6.02.04	Adições ao Intangível	-41.202	-25.264	-14.898
6.02.05	Resgate de Aplic.Financ.Vinculadas	56.124	20.152	51.865
6.02.06	Aplicações Financeiras	-44.386	-57.292	-51.353
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-258.373	-34.565	-282.528
6.03.01	Captações	0	151.261	0
6.03.03	Pagamentos de Principal - Debêntures	-93.333	-45.933	-36.180
6.03.04	Pagamentos de Juros - Debêntures	-40.165	-20.241	-15.742
6.03.05	Pgto. Credores pela Concessão	-48.443	-45.743	-42.730
6.03.06	Pagamento de dividendos	-78.323	-77.677	-35.898
6.03.07	Pagamento de Principal - Empréstimos	-312	0	-13
6.03.08	Pagamentos de juros - Empréstimos	-59	8	0
6.03.11	Imposto de renda retido na fonte	4.834	3.760	2.035
6.03.13	Mútuo entre empresas ligadas	0	0	-154.000
6.03.14	Distribuição de juros sobre o capital próprio	-2.572	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-82.745	88.343	-120.376
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	126.567	38.224	158.600
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	43.822	126.567	38.224

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	107.543	0	63.217	0	0	170.760
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	107.543	0	63.217	0	0	170.760
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-48.865	-35.938	0	-84.803
5.04.06	Dividendos	0	0	-48.865	-29.458	0	-78.323
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-6.480	0	-6.480
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	69.992	0	69.992
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	69.992	0	69.992
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	34.054	-34.054	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.500	-3.500	0	0
5.06.04	Dividendo adicional proposto	0	0	30.554	-30.554	0	0
5.07	Saldos Finais	107.543	0	48.406	0	0	155.949

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	107.543	0	47.844	0	0	155.387
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	107.543	0	47.844	0	0	155.387
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-38.296	-42.406	0	-80.702
5.04.06	Dividendos	0	0	-38.296	-39.380	0	-77.676
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-3.026	0	-3.026
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	96.075	0	96.075
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	96.075	0	96.075
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	53.669	-53.669	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.804	-4.804	0	0
5.06.04	Dividendo adicional proposto	0	0	48.865	-48.865	0	0
5.07	Saldos Finais	107.543	0	63.217	0	0	170.760

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	107.543	0	16.359	0	0	123.902
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	107.543	0	16.359	0	0	123.902
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-10.182	-25.716	0	-35.898
5.04.06	Dividendos	0	0	-10.182	-25.716	0	-35.898
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	67.381	0	67.381
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	67.381	0	67.381
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	41.665	-41.665	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.369	-3.369	0	0
5.06.04	Dividendo Adicional Proposto	0	0	38.296	-38.296	0	0
5.07	Saldos Finais	107.543	0	47.842	0	0	155.385

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	336.886	347.567	319.663
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	336.886	347.567	319.663
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-92.881	-79.758	-100.477
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-60.677	-55.750	-72.348
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.887	-5.995	-3.788
7.02.04	Outros	-20.317	-18.013	-24.341
7.02.04.01	Custo de Concessão	-20.317	-18.013	-24.341
7.03	Valor Adicionado Bruto	244.005	267.809	219.186
7.04	Retenções	-85.307	-71.270	-64.336
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-85.307	-71.270	-64.336
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	158.698	196.539	154.850
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	41.310	35.730	17.717
7.06.02	Receitas Financeiras	41.242	35.730	17.717
7.06.03	Outros	68	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	200.008	232.269	172.567
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	200.008	232.269	172.567
7.08.01	Pessoal	19.102	16.541	13.003
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.181	11.835	9.156
7.08.01.02	Benefícios	4.961	3.706	3.127
7.08.01.03	F.G.T.S.	960	1.000	720
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	65.512	78.896	64.197
7.08.02.01	Federais	49.280	62.722	48.958
7.08.02.02	Estaduais	39	9	8
7.08.02.03	Municipais	16.193	16.165	15.231
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	45.402	40.757	27.986
7.08.03.01	Juros	37.055	35.381	24.427
7.08.03.02	Aluguéis	1.908	2.076	1.463
7.08.03.03	Outras	6.439	3.300	2.096
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	69.992	96.075	67.381

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	6.480	3.026	0
7.08.04.02	Dividendos	48.865	39.380	25.716
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	14.647	53.669	41.665

Relatório da Administração



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA VIANORTE S.A.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Vianorte S.A. (“Companhia” ou “Vianorte”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Vianorte iniciou suas operações em 06 de março de 1998 com o objetivo exclusivo de realizar, sob regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário constituído pela Rodovia Anhanguera (SP-330), Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira (SP-322), Rodovia Alexandre Balbo/contorno Norte de Ribeirão Preto (SP-328) e Avenida dos Bandeirantes (SP-325/322), compreendendo a execução, gestão e fiscalização de serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação, os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público.

O prazo de concessão é de 20 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, extinguindo-se em 06 de março de 2018. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo de concessão.

Em dezembro de 2006, o controle acionário da Vianorte passou a ser exercido pela SPR - Sociedade para Participações em Rodovias S.A. (“SPR”), empresa pertencente à OHL Brasil S.A.

Em 17 de dezembro de 2010, a SPR foi incorporada integralmente pela Vianorte, passando a OHL Brasil S.A. a exercer o controle direto da Companhia. A incorporação integrou o projeto de reorganização societária do Grupo OHL Brasil, o qual visou o aumento de eficiência econômica e ganho de sinergia, a diminuição de custos operacionais e financeiros e a simplificação da estrutura societária.

Relatório da Administração



Em 03 de dezembro de 2012, após a verificação das condições previstas contratualmente e obtenção das aprovações governamentais necessárias, foi concluída a operação pela qual a Partícipes em Brasil S.L., controladora direta da OHL Brasil e que por sua vez controla a Vianorte S.A., foi adquirida pela Abertis Infraestructuras S.A., sociedade espanhola, e pela Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, uma sociedade organizada e existente de acordo com a lei de Barbados. Como resultado dessa operação, Abertis e Brookfield passam a ser titulares de 51% e 49% do capital da Partícipes em Brasil, respectivamente.

A Arteris S.A. (“Arteris” ou “Companhia”), nova denominação social da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (OHL Brasil), comunicou em 20 de dezembro de 2012 aos seus acionistas e ao mercado em geral a aprovação da nova denominação na Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data, considerando a conclusão do processo de transferência do controle acionário da Companhia para a Abertis e Brookfield.

Atualmente, a Companhia opera quatro praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Nome da Praça	Localização	Tarifa (R\$)
Sales Oliveira	SP 330 / KM 350	9,60
Ituverava	SP 330 / KM 405	11,80
Sertãozinho	SP 322 / KM 327,5	5,90
Pitangueiras	SP 322 / KM 361	7,70

TERMO ADITIVO MODIFICATIVO

Em 05 de janeiro de 2012, foi publicado no Diário Oficial do Estado o Termo Aditivo Modificativo (“TAM”) ao Contrato de Concessão entre a ARTESP (“Poder Concedente”) e a Companhia. Referido TAM teve como objeto a alteração (i) do índice de reajuste das tarifas de pedágio do contrato de concessão, do Índice Geral de Preço de Mercado (“IGP-M”) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”); e (ii) do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário.

Relatório da Administração



Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor da Companhia ou a favor do Poder Concedente, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas pelo IPCA, efetivamente cobrada pela Companhia, e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pelo IGP-M.

O desequilíbrio será apurado no mês de julho de cada ano, considerando o mesmo período do reajuste contratual das tarifas de pedágio (desequilíbrio anual). O reequilíbrio será realizado a cada dois anos (reequilíbrio bienal), mas a periodicidade poderá ser reavaliada de comum acordo pelas partes a partir do 5º (quinto) ano.

Essa modificação foi aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes em 28 de junho de 2012 e será aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários. Foi determinada a utilização do IGPM, nos termos originais dos contratos de concessão.

O Conselho Diretor deliberou, ainda, sobre as medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão nos seguintes termos: (i) utilização de 50% do valor de ônus variável; (ii) implementação de cobrança de eixos suspensos dos caminhões; (iii) utilização de créditos em favor do Estado de adequações de cronograma decorrentes de atrasos e postergações de obras; (iv) utilização do ônus fixo devido ao Estado.

Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente. Na data base de 30 de setembro de 2013, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo – TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Em 18 de dezembro de 2014, foi publicado no Diário Oficial do Estado o Termo Aditivo Modificativo (“TAM”) ao Contrato de Concessão entre a ARTESP (“Poder Concedente”) e a Companhia. O Referido TAM teve como objeto aprovar a 11ª adequação do cronograma físico-financeiro do Contrato de Concessão, ficando reconhecido o desequilíbrio da equação econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

Relatório da Administração



Em 10 de janeiro de 2015, foi publicado no Diário Oficial do Estado o Termo Aditivo Modificativo (“TAM”) ao Contrato de Concessão entre a ARTESP (“Poder Concedente”) e a Companhia. O Referido TAM teve como objeto aprovar a 12ª adequação do cronograma físico-financeiro do Contrato de Concessão, ficando reconhecido o desequilíbrio da equação econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

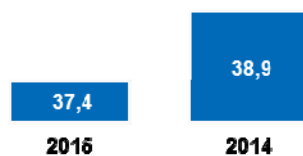
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Tráfego

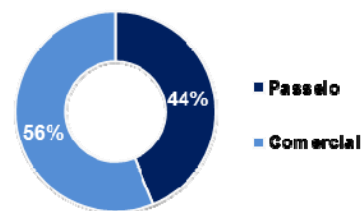
O tráfego pedagiado totalizou 37,4 milhões de veículos equivalentes em 2015, 3,8% inferior quando comparado ao exercício anterior. Além dos fatores históricos que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas, a desaceleração da atividade econômica brasileira, queda de consumo, de renda e de produção industrial e aumento na taxa de desemprego, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias, contribuíram para a significativa queda.

A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) em 2015 foi de 56% de veículos pesados e 44% de veículos leves.

Tráfego Pedagiado
Veículos Equivalentes (milhões)



Composição do Tráfego
Ano de 2015

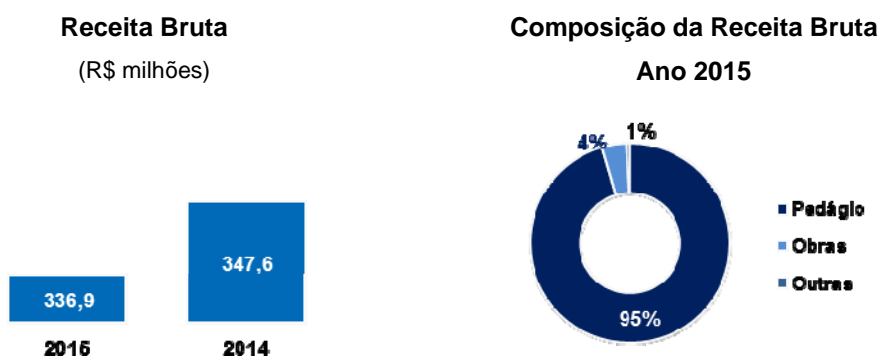


Relatório da Administração



Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$336,9 milhões em 2015, com queda de 3,2% em relação aos R\$347,6 milhões registrados em 2014.



Na receita de pedágio observou-se um ligeiro aumento de 0,3%, passando de R\$320,7 milhões em 2014 para R\$321,6 milhões em 2015. A principal razão que levou à esse aumento foi o reajuste das tarifas básicas praticadas em 4,11% à partir de 01/07/2015, com base na evolução do IGPM entre os meses de junho de 2014 e maio de 2015, levado em consideração, além da previsão contratual, o Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 11/2011, bem como o Termo de Retirratificação ao sobredito TAM, formalizado em 25/06/2015, compensado pela queda do tráfego equivalente conforme comentado acima

A receita de obras totalizou R\$13,3 milhões, queda de R\$11,1 milhões em relação ao ano anterior, devido ao término da obra de Remodelação do Trevo Adalberto da Silveira - km 307+500m da SP-330 em Ribeirão Preto – SP, incluída no cronograma do Contrato de Concessão em 2013. A contrapartida desta receita de igual montante está demonstrada na rubrica de Custo dos Serviços de Construção, eliminando seu efeito no resultado.

Este ajuste foi realizado em atendimento as novas normas internacionais de contabilidade representada pelo ICPC 01.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio totalizaram R\$2,0 milhões em 2015, 21,7% menor em comparação aos R\$2,4 milhões do ano de 2014.

No ano de 2014, a Companhia obteve receita líquida de R\$308,8 milhões, sendo R\$10,7 milhões inferior à receita líquida apresentada no ano de 2014.

Relatório da Administração**Custos e Despesas** (excl. depreciação e amortização)**Custos e Despesas** (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2015	2014	Var.
Custo dos serviços de construção	(13,3)	(24,5)	-45,5%
Serviços de terceiros	(13,1)	(13,2)	-1,1%
Pessoal	(19,8)	(16,9)	16,8%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(25,0)	(4,6)	446,8%
Conservação	(10,2)	(10,0)	2,2%
Custos com poder concedente	(4,9)	(4,8)	0,2%
Seguros e garantias	(1,8)	(1,9)	-4,1%
Remuneração da Administração	(1,7)	(1,3)	28,5%
Consumo	(3,8)	(2,4)	61,2%
Outros	(8,6)	(8,5)	1,3%
Custos e despesas	(102,1)	(88,0)	16,0%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) apresentaram aumento de 16,0% em 2015 em comparação ao exercício de 2014. As principais variações no período estão descritos nos itens abaixo:

- Aumento R\$20,4 milhões em “Provisão p/ manutenção em rodovias” em função da realização de obras da 3ª intervenção programada de pavimento das rodovias SP322, SP325 e SP328;
- Aumento de R\$2,9 milhões em “pessoal” pelo reajuste do dissídio coletivo da categoria em 7% e aumento referente ao rateio das despesas corporativas;
- Aumento de R\$1,4 milhão em “consumo” tendo como impacto principal, o reajuste da tarifa de energia elétrica;
- Aumento de R\$ 0,4 milhão em “remuneração da administração” tendo como destaque a inclusão do rateio das despesas do Diretor Presidente das concessionárias estaduais no ano de 2015;
- Redução de R\$11,1 milhões em “custo dos serviços de construção” devido ao término da obra de Remodelação do Trevo Adalberto da Silveira - km 307+500m da SP-330 em Ribeirão Preto – SP, incluída no cronograma do Contrato de Concessão em 2013.

Relatório da Administração

Cabe ressaltar que o custo dos serviços de construção, registrado em função da adoção do ICPC 01, tem como contrapartida receita de obras equivalente, não impactando o resultado da Companhia.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2015	2014	Var.
Receita líquida	308,8	319,5	-3,4%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(102,1)	(88,0)	16,0%
EBITDA	206,7	231,5	-10,7%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	25,0	4,6	446,8%
EBITDA Ajustado	231,7	236,0	-1,9%

EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2015 em R\$231,7 milhões, com uma redução de 1,9% em relação ao ano anterior. Essa redução foi gerada principalmente pela queda do tráfego pedagiado e aumento dos custos e despesas.

Relatório da Administração**Resultado Financeiro**

R\$ milhões	2015	2014	Var.
Receitas Financeiras	41,2	35,7	15,5%
Despesas Financeiras	(59,8)	(51,8)	15,5%
Resultado Financeiro Líquido	(18,6)	(16,1)	15,5%

O resultado financeiro líquido de 2015 foi negativo em R\$18,6 milhões, 15,5% maior quando comparado ao ano de 2014. Os principais fatores que contribuíram para este incremento foram:

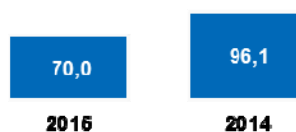
- As receitas financeiras apresentaram um aumento de 15,5%, que correspondeu a R\$5,5 milhões. Este aumento está diretamente relacionado ao aumento da taxa média do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) a qual são remuneradas as aplicações financeiras e os contratos de mútuos.
- As despesas financeiras sofreram aumento de R\$8,0 milhões (15,5%) em consequência da variação maior da taxa média do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), os quais são aplicados para a remuneração das operações de debêntures.

Lucro Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2015 com uma queda de R\$26,1 milhões em seu lucro líquido quando comparado aos R\$96,1 milhões do ano anterior. Este resultado se deu principalmente em função da queda das receitas e aumento dos custos e despesas operacionais e resultado financeiro líquido negativo.

Lucro Líquido

(R\$ milhões)



Relatório da Administração**Endividamento**

R\$ milhões	31/12/2015	31/12/2014	Var.
Dívida Bruta	197,5	295,7	-33,2%
Curto Prazo	125,7	117,2	7,3%
Longo Prazo	71,8	178,5	-59,8%
Disponibilidades e aplicações financeiras	(90,6)	(182,1)	-50,3%
Dívida Líquida	107,0	113,6	-5,8%

O endividamento bruto da Companhia no encerramento do ano de 2015 foi de R\$197,5 milhões contra R\$295,7 milhões do ano de 2014. A redução da dívida resulta da amortização de principal e juros provenientes das operações de 1ª e 2ª Emissão de debêntures.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2015 em R\$107 milhões, apresentando queda de R\$6,6 milhões em relação ao encerramento do exercício de 2014, resultante dos pagamentos citados anteriormente e da redução das disponibilidades de caixa. O grau de alavancagem medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado – Ônus Fixo (últimos 12 meses) ficou em 0,6x, semelhante ao apurado ao final do exercício anterior.

DIVIDENDOS

Durante o ano de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os pagamentos de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários conforme distribuição abaixo representada:

Proventos em dinheiro	Deliberado em	Pagamento em	Valor
Dividendos	27/03/2015	27/03/2015	R\$ 48,9 milhões
Dividendos	25/09/2015	30/09/2015	R\$ 29,4 milhões
Juros sobre o capital próprio	27/03/2015	27/03/2015	R\$ 2,6 milhões

Relatório da Administração



INVESTIMENTOS

Em 2015, a Vianorte investiu R\$10,4 milhões em ativos imobilizados e intangíveis. Além disso, foram pagos R\$31,2 milhões em obras de manutenção e conservação das rodovias administradas pela Companhia. Os recursos foram aplicados principalmente nas seguintes obras:

- 3ª intervenção programada de pavimento das rodovias SP322, SP325 e SP328;
- implantação de elementos de segurança e sinalização (vertical e horizontal);
- recuperação de Obras de Arte Especiais (Pontes e Viadutos);
- equipamentos de rodovia inteligente.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2015	2014
Empregos diretos	266	252
Índice de rotatividade	2,54%	1,61%

No que concerne à diversidade, apresentamos um indicador com participação majoritária de 51,9% de mulheres, contra 48,1% de homens. A média de idade está concentrada em 35 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal concentra-se no Ensino Médio Completo (antigo Segundo Grau), com 76% dos empregados. Vale mencionar que 23% possuem superior completo.

Ao longo de 2015, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 6.790 horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 25:52 horas de treinamento por profissional.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Responsabilidade Social e Ambiental - Sustentabilidade

A Arteris é uma empresa que prioriza desenvolver seus negócios de forma sustentável, garantindo que sua atuação permita o desenvolvimento das comunidades lindeiras, dos colaboradores e da sociedade como um todo. A companhia desenvolve diversos programas focados em promover segurança viária nas rodovias sob concessão, assim como promove projetos voltados para a educação para o trânsito, a preservação ambiental e desenvolvimento sociocultural das comunidades em que está inserida.

Relatório da Administração



A Arteris possui ações em seis áreas:

Segurança

A meta da companhia é reduzir em 50% o número total de acidentes nas estradas sob controle do grupo no período 2011-2020, reproduzindo internamente a meta da ONU sobre o tema – Década Mundial de Ações para a Segurança do Trânsito. Para o cumprimento deste objetivo, a companhia criou o GERAR – Grupo Estratégico para Redução de Acidentes, responsável por estabelecer estudos e planos de ação voltados para a preservação da vida no trânsito. Desde setembro de 2014 a empresa realiza o Mês da Segurança Arteris, iniciativa pioneira no setor de concessões rodoviárias voltada para conscientizar motoristas, colaboradores e a sociedade sobre a importância de uma atitude consciente no trânsito. Em 2015 a iniciativa conscientizou quase 1 milhão de pessoas e foi aberta com o 2º Fórum Arteris de Segurança, com a presença de representantes de agências reguladoras de transportes, Ministério da Saúde, órgãos de policiamento rodoviário, instituições de pesquisa e organizações não-governamentais.

Educação

A humanização do trânsito é prioridade da atuação da Arteris na área de educação. A companhia desenvolve o Projeto Escola, iniciativa com 15 anos que prepara professores para atividades com alunos da rede pública sobre segurança no trânsito. A iniciativa é reconhecida como uma boa prática pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância). A mesma estratégia é aplicada para a preparação dos educadores sobre temas ambientais por meio do Viva Meio Ambiente.

Também são desenvolvidas ações específicas por meio do Passarela Viva (voltada para pedestres das comunidades lindeiras), Viva Ciclista e Viva Motociclista, de forma a conscientizar esses públicos sobre a importância de uma postura responsável no trânsito.

Saúde

O Programa “Saúde na Boleia” já beneficiou mais de 100 mil caminhoneiros por meio de orientações de saúde, segurança, exames gratuitos e vacinação. O objetivo da iniciativa é incentivar os cuidados com a qualidade de vida entre os profissionais de transporte, dado que eles nem sempre possuem condições adequadas para realizar os cuidados com a saúde. O programa favorece uma abordagem preventiva, estimulando a realização de exames.

Meio Ambiente

Relatório da Administração



A sustentabilidade dos negócios é uma prioridade da companhia, influenciado a maneira como a Arteris realiza as obras de infraestrutura previstas nos contratos de concessão. A empresa desenvolve iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, plantio de mudas de vegetação nativa e iniciativas de educação ambiental em comunidades lindeiras. . O Sistema de Gestão Ambiental é o mecanismo no qual a Arteris e suas concessionárias acompanham a execução das ações nesta área. Além disso, a empresa faz controle e reciclagem do lixo e possui convênios com várias Universidades Estaduais e Federais no controle da fauna.

Apoio aos projetos de incentivo fiscal

O apoio a projetos esportivos, culturais, sociais e de saúde relevantes para as regiões em que as concessionárias Arteris estão inseridas é uma prioridade da companhia. A atuação da empresa também é marcada pela promoção de parcerias com importantes instituições culturais para a realização de exposições de artistas de destaque no cenário internacional. Em 2014, a Arteris apoiou a vinda ao Brasil da exposição mais completa já vista no país do Salvador Dalí. Mais de 1,5 milhão de pessoas puderam apreciar obras do artista plástico espanhol no Rio de Janeiro e São Paulo. No ano de 2015 foi a vez de chegar ao país a exposição de Joan Miró em São Paulo e Florianópolis. Nessas oportunidades, a companhia promoveu parcerias com instituições de apoio a crianças especiais e outras entidades de forma a levar à exposição pessoas que dificilmente teriam acesso a atividades culturais deste tipo.

Voluntariado

O público interno da companhia, por meio do Programa Voluntários é estimulado a manter uma relação de proximidade com as comunidades em que estão inseridos. A empresa estimula os seus colaboradores a desenvolver uma atitude transformadora, que contribua para a construção de uma sociedade mais justa. A iniciativa ajuda no desenvolvimento das habilidades pessoais dos profissionais e, ao mesmo tempo, agrega valor aos negócios, fortalecendo a imagem da Arteris.

Relatório da Administração



AGRADECIMENTOS

A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de profissionais pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Vianorte S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Diretoria

Linomar Barros Deroldo
Diretor Presidente

Olga Maria Ulian Cotrim
Diretora Superintendente

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michelin
Diretora Jurídica

Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán
Conselheiro

Marta Casas Caba
Conselheira

Marcos Pinto Almeida
Conselheiro

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

Notas Explicativas

VIANORTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 de dezembro de 2015 |
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vianorte S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Sertãozinho, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Attílio Balbo km 327,5. Constituída em 6 de março de 1998, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade iniciou suas operações em 6 de março de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 009/CIC/97, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia SP-330 Rodovia Anhanguera, SP-322 Rodovia Attílio Balbo/Armando Salles de Oliveira, SP-328 Rodovia Alexandre Balbo/contorno Norte de Ribeirão Preto e SP-325/322 Avenida dos Bandeirantes, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo a funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

Por meio do Termo Aditivo e modificativo nº 15/14 de 16 de janeiro de 2015, foi autorizado pela ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante a prorrogação do prazo de concessão estimado em mais 17 dias sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o exercício de exploração da concessão passou a ser até 23 de março de 2018. Este prazo poderá ser prorrogado ou reduzido por intermédio de processo administrativo próprio, que deverá ser concluído antes do início de vigência do prazo mencionado, nos termos da Resolução ARTESP/1, de 25 de março de 2013.

A Sociedade é uma subsidiária “estrategicamente importante” para o seu acionista controlador Arteris S.A. A concessionária conta com uma qualidade de crédito que reflete a combinação da solidez econômica e a capacidade de gerar caixa para prover recursos suficientes, de modo que a mesma possa lidar com suas obrigações com terceiros e, ainda, continuar realizando os investimentos necessários, de acordo com os contratos de concessão assinados e distribuir dividendos para sua controladora.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2016.

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

2. CONCESSÕES

O contrato de concessão e exploração das rodovias é constituído pelos sistemas rodoviários mencionados na nota explicativa nº 1. Em decorrência desse contrato de concessão, a Sociedade reconheceu o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito da outorga e como contrapartida, o passivo na rubrica de “Credores pela concessão”, conforme mencionado nas notas explicativas nºs 10 e 14, respectivamente.

Conforme estabelecido no contrato de concessão da Sociedade, as tarifas de pedágio eram reajustadas no mês de julho de cada ano com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio.

Em decorrência da deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o Termo Aditivo e Modificativo - TAM em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entraram em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionadas à autorização do secretário estadual de logística e transportes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário estadual de logística e transportes em 28 de junho de 2012, e tornou-se vigente em 2013, a partir do reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, deliberação extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1º de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários. Em antecipação ao reequilíbrio do contrato de concessão o Conselho Diretor autorizou a cobrança de eixos suspensos para veículos pesados e redução dos percentuais cobrados da outorga variável desde julho de 2013, com exceção aos pagamentos efetuados em novembro de 2013.

Excepcionalmente nos meses de julho a setembro, novembro e dezembro de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2013, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13.

Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária). Esta prorrogação não inclui os pagamentos efetuados em novembro 2013 referente à outorga variável de competência do mês de outubro de 2013.

Em 28 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado, deliberação extraordinária do Conselho Diretor da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a

Notas Explicativas

Deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1º de julho de 2014 pelo índice IPCA com reajuste de 5,58%. A Sociedade não concordou com a decisão unilateral do Governo do Estado de São Paulo, comunicada pela Artesp e vem tomando medidas de defesa para garantir seus direitos.

Em 27 de junho de 2015 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Autorização da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2015 pelo índice IGP-M.

Na data base de 31 de dezembro de 2015, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo – TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Sociedade assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

NA SP 322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira

- Duplicação do trecho entre o km 343+500 ao km 390+500 - Sertãozinho/ Bebedouro;
- Duplicação do trecho entre o km 307+500 ao km 325+910 - Contorno Viário Sul;
- Construção de dispositivos de acessos/retornos;
- Construção de passarelas no km 334+860 e no km 337+790 – Sertãozinho;
- Construção de marginais entre o km 333+160 ao km 343+480;
- Ampliação de dispositivo com a SP 325/322 no km 325+910 (entroncamento);
- Construção da transposição sobre o Córrego Santa Elisa no km 345+100.

Na SP 328 Rodovia Alexandre Balbo

- Duplicação do trecho entre o km 323+130 ao km 337+010;
- Construção de dispositivos nos kms 326+220 / 330+720 / 334+710 / 335+160 - passagem superior (PSU).

Na SP 330 Rodovia Anhanguera

- Construção de passarela no km 380 - São Joaquim da Barra;
- Construção do posto de suporte ao usuário em Orlândia no km 366+150;
- Construção do dispositivo com Avenida Lara Nilza Raffaini Cação no km 319+650.

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

Na SP 325/322 - Avenida dos Bandeirantes

- Construção de passarela no km 8+550;
- Construção de galeria de aço no km 6+400;
- Construção de dispositivo km 8+300.

A Sociedade estima (31 de dezembro de 2015 o montante de R\$3.959 (R\$5.694 em 31 de dezembro de 2014) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$54.339 (R\$ 86.061 em 31 de dezembro de 2014) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Os valores referentes a (31 de dezembro de 2015) poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do exercício de concessão.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 15.

A Sociedade, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o exercício de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse exercício, subsequente à devolução, não deverá ocorrer à necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

Notas Explicativas

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovado Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração da Sociedade apresenta todas as informações relevantes das demonstrações financeiras individuais, e essas informações correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizada na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferido que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Os julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade estão descritas a seguir:

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo, até 31 de dezembro de 2014, era efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a Sociedade passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, prospectivamente, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 17 – Contratos de construção, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Notas Explicativas

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria “empréstimos e recebíveis”, descritos como segue:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em exercício inferior a 90 dias.

b) Aplicações financeiras

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário - CDB e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro e/ou pela intenção de realização como investimentos

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

c) Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o exercício de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, quando aplicável, limitadas ao prazo da concessão.

Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis, até 31 de dezembro de 2014 era reconhecida no resultado pela projeção da curva de demanda de tráfego até o final do exercício da concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Notas Explicativas

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo do contrato.

Instrumentos financeiros passivos

a) Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº 14.

A Sociedade ajusta a valor presente o saldo da rubrica “Credores pela concessão”, registrado no passivo circulante e não circulante, com base nas taxas médias de encargos financeiros contratados na época em que as transações se originaram.

A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica “Intangível”, na qual está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pelo transcorrer do prazo.

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

a) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferido são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, conforme a nota explicativa nº 7.

Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade são retidos pelo arrendador e são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício durante o exercício do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Sociedade detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil-econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

Notas Explicativas

Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 15.

Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Credores da concessão: decorrentes das obrigações assumidas pela Sociedade relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, e deve ser adotada consistentemente desde o registro inicial da concessão até a realização das obrigações.

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	37.975	23.651
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	36.966	23.649
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(1.009)</u>	<u>(2)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	51.482	47.990
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	50.136	46.752
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(1.346)</u>	<u>(1.238)</u>
<u>Não circulantes</u>		
Provisão para manutenção em rodovias - real	17.725	40.489
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	16.503	34.110
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(1.222)</u>	<u>(6.379)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	61.494	103.308
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	56.815	93.177
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(4.679)</u>	<u>(10.131)</u>

(*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 14.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecida no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

Notas Explicativas

Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo, na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IFRS 10 e IAS 28 - Vendas ou contribuição em ativos entre investidor e associada ou joint venture	As alterações lidam com situações em que ocorre uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.	(1)
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 entidades de investimento: aplicação da exceção para	As alterações esclarecem que a isenção de preparar demonstrações financeiras consolidadas vale para uma entidade controladora que seja a controlada de uma entidade de investimento, mesmo que a entidade de investimento avalie todas as suas	(1)

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

consolidação	controladas ao valor justo de acordo com a IFRS 10.	
Alterações à IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa	Fornece os esclarecimentos sobre a melhoria das informações apresentadas aos usuários das demonstrações financeiras sobre as atividades de financiamento.	(2)
Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o lucro	Fornece as alterações sobre o reconhecimento e mensuração de imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais.	(2)
IFRS 15 – Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(3)
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Revisão em 2014 contém exigências para: a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) metodologia de redução ao valor recuperável; c) contabilização geral de hedge.	(3)
IFRS 16 – Arrendamento Mercantil	Estabelece os princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores e substituirá o IAS 17 – Arrendamentos Mercantis, bem como interpretações correlatas.	(4)

- (1) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;
(2) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;
(3) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;
(4) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019;

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

Adicionalmente, o pronunciamento e a interpretação emitidos pelo IASB, listado a seguir, entrou em vigor no presente exercício. Não há impactos dessa alteração, uma vez que não é aplicável a Sociedade.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 19 - Planos de benefícios definidos – contribuições dos empregados	Esclarece como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros que estejam relacionadas aos serviços prestados aos planos de benefícios definidos, levando em consideração se essas contribuições dependem da quantidade de anos de serviços prestados pelo

Notas Explicativas

empregado

Alterações as IFRSs –
Melhorias Anuais nas IFRS
ciclo 2010-2012 e
Melhorias Anuais nas IFRS
ciclo 2011-2013 (aplicáveis
a partir de 1º de julho de
2014)

As alterações incluídas nas Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2010-2012 e ciclo 2011-2013 não tiveram impacto significativo sobre as divulgações ou valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e contas bancárias	1.756	1.716
Aplicações financeiras (*)	<u>42.067</u>	<u>124.851</u>
Total	<u><u>43.823</u></u>	<u><u>126.567</u></u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Debêntures compromissadas	-	6.300
Fundos de investimentos	<u>42.067</u>	<u>118.551</u>
Total	<u><u>42.067</u></u>	<u><u>124.851</u></u>

As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 101,13% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	17.520	17.197
Cupons de pedágio a receber	135	295
Cartões de pedágio a receber	175	127
Total	<u>17.830</u>	<u>17.619</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 23.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2015. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Provisão de participação nos lucros	1.001	755
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	5.169	4.332
Ágio incorporado da SPR (b)	-	5.078
Provisão para manutenção	53.469	57.759
Ajuste dos encargos financeiros	15.073	10.301
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças ativas de intangível, diferido e imobilizado, líquidas	18.723	18.723
Amortização ativa dos ajustes - mudança de práticas contábeis	(5.747)	-
Base de cálculo	<u>87.688</u>	<u>96.948</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>29.814</u>	<u>32.962</u>

- a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- b) Crédito decorrente do processo de incorporação da SPR - Sociedade para Participações em Rodovias S.A., antiga controladora da Vianorte, constituído sobre a parcela do ágio amortizado pela SPR no exercício de dezembro de 2006 a setembro de 2010, a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.
- c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do exercício da concessão.

Notas Explicativas

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Ativo não circulante</u>	
2016	12.658
2017	13.724
2018	3.432
	<u>29.814</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo e depositando diariamente parte de sua arrecadação para fazer frente ao pagamento dos juros anuais e da parcela de principal das debêntures da 1ª emissão da 2ª série, para que ao final de cada exercício de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o valor da aplicação é de R\$46.743 (R\$55.531 em 31 de dezembro de 2014), essas aplicações foram remuneradas em média a 96,6% da variação do CDI.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	Móveis, Utensílios e Instalações	Veículos	Instalações, Edifícios e Dependências	Total
<u>Custo do imobilizado</u>				
Saldo em 31.12.2013	2.807	78	96	2.981
Adições	182	-	-	182
Alienações/baixas	(22)	-	-	(22)
Saldo em 31.12.2014	2.967	78	96	3.141
Adições	353	-	-	353
Alienações/baixas	(112)	(78)	-	(190)
Saldo em 31.12.2015	3.208	-	96	3.304
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 31.12.2013	(1.759)	(15)	(73)	(1.847)
Depreciações	(324)	(16)	(10)	(350)
Alienações/baixas	20	-	-	20
Saldo em 31.12.2014	(2.063)	(31)	(83)	(2.177)
Depreciações	(334)	(1)	(5)	(340)
Alienações/baixas	91	32	-	123
Saldo em 31.12.2015	(2.306)	-	(88)	(2.394)
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 31.12.2014	904	47	13	964
Saldo em 31.12.2015	902	-	8	910
Taxas de depreciação - a.a.	16%	20%	12%	

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em Andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2013	502.405	254.971	60.326	2.909	6.784	827.395
Adições	10.013	-	-	424	14.029	24.466
Transferências / Reclassificações	20.813	-	-	-	(20.813)	-
Alienações/baixas	(137)	-	-	-	-	(137)
Saldo em 31.12.2014	533.094	254.971	60.326	3.333	-	851.724
Adições	13.161	-	-	171	-	13.332
Alienações/baixas	(380)	-	-	(56)	-	(436)
Saldo em 31.12.2015	545.875	254.971	60.326	3.448	-	864.620
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2013	(337.134)	(154.451)	(23.558)	(2.034)	-	(517.177)
Amortizações	(38.760)	(23.921)	(8.176)	(63)	-	(70.920)
Alienações/baixas	133	-	-	-	-	133
Saldo em 31.12.2014	(375.761)	(178.372)	(31.734)	(2.097)	-	(587.964)
Amortizações	(51.568)	(24.215)	(8.797)	(387)	-	(84.967)
Alienações/baixas	8	-	-	-	-	8
Saldo em 31.12.2015	(427.321)	(202.587)	(40.531)	(2.484)	-	(672.923)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2014	157.333	76.599	28.592	1.236	-	263.760
Saldo em 31.12.2015	118.554	52.384	19.795	964	-	191.697
Taxas de amortização - a.a.	25%	25%	25%	25%	-	-

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do exercício da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

(b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 14.

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em setembro de 2006, da OHL Participações que detinha participação no capital social da Vianorte. Esse valor está sendo amortizados linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do exercício da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

11. EMPRÉSTIMOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Passivo circulante:				
Financiamento de veículos (Finame) (a)	6,00% a.a.	novembro/2017	428	317
Passivo não circulante:				
Financiamento de veículos (Finame) (a)	6,00% a.a.	novembro/2017	<u>327</u>	<u>754</u>
Total			<u><u>755</u></u>	<u><u>1.071</u></u>

(a) Recursos obtidos para financiamento de veículos, tendo como garantia o próprio bem.

Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam vencimento em 2017.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

12. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31.12.2015</u>		<u>31.12.2014</u>	
				<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
1ª emissão (a)	100.000	IPCA + 8% a.a.	março/2017	61.935	41.509	52.408	88.015
2ª emissão (b)	<u>15.000</u>	CDI + 0,86% a.a.	março/2017	<u>63.590</u>	<u>30.000</u>	<u>64.892</u>	<u>90.000</u>
	<u>115.000</u>			<u>125.525</u>	<u>71.509</u>	<u>117.300</u>	<u>178.015</u>
Custo de transação				<u>(219)</u>	<u>(33)</u>	<u>(426)</u>	<u>(252)</u>
Total				<u><u>125.306</u></u>	<u><u>71.476</u></u>	<u><u>116.874</u></u>	<u><u>177.763</u></u>

(a) 1ª emissão de debêntures - 2ª série IPCA de 15 de março de 2010 com valor nominal unitário em 31 de dezembro de 2015 de R\$1 (mil reais) cada uma.

(b) 2ª emissão de debêntures CDI emitidas em 20 de março de 2014 com valor nominal unitário em 31 de dezembro de 2015 de R\$10 (mil reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
1ª emissão 2ª Série	15.03.2010	100.000	27.04.2010	101.583
2ª emissão	20.03.2014	<u>150.000</u>	25.03.2014	<u>150.195</u>
		<u><u>250.000</u></u>		<u><u>251.778</u></u>

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

A remuneração das debêntures da 1ª emissão - 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março, desde março de 2011, e amortizada anualmente em 3 parcelas desde 15 de março de 2015.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão é paga semestralmente todo dia 20 dos meses de setembro e março desde 2014 e amortizada semestralmente nos meses de março e setembro desde 20 de março de 2015.

A Sociedade classificou os juros pagos sobre debêntures como fluxo de caixa de financiamento, pois essas debêntures foram captadas e repassadas para a controladora, através de contratos de mútuo, para suprir a necessidade de capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentam vencimento em 2017.

As debêntures da 1ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública”, arquivado na CVM.

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

- 1- Penhor de 99,99% das ações de emissão das emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas até o limite de 53,06%.
- 2- Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
- 3- Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
- 4- Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento (“Sinking Fund”), conforme descrito na nota explicativa nº 8.

As debêntures da 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e aditamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

Notas Explicativas**13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e as transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Empréstimo:		
Arteris S.A (c)	23.231	17.622
Contas a receber:		
Centrovias S.A.	196	49
Intervias S.A.	163	49
Autovias S.A.	-	49
Total	<u>23.590</u>	<u>17.769</u>
 <u>Ativo não circulante</u>		
Empréstimo:		
Arteris S.A (c)	181.696	164.075
Total	<u>181.696</u>	<u>164.075</u>
 <u>Passivo circulante</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (b)	1.314	964
Autovias S.A.	40	80
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	786	834
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	242	461
Total	<u>2.382</u>	<u>2.339</u>
Juros sobre capital próprio a pagar:		
Arteris S.A.	5.508	2.572
Total	<u>5.508</u>	<u>2.572</u>

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

Contas de Resultado:	31.12.2015			31.12.2014		
	Conservação da rodovia (a)	Receitas financeiras (c)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (a)	Receitas financeiras (c)	Despesas gerais (a)
Arteris S.A.	-	27.331	11.055	-	20.731	-
Latina Manutenção de Rodovias	4.778	-	3.490	9.466	-	3.399
Latina Sinalização de Rodovias	3.009	-	-	2.459	-	921
Total	7.787	27.331	14.545	11.925	20.731	4.320

- (a) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.
- (c) Decorrentes de contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,7% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2016 e do principal a partir de dezembro de 2017, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				31.12.2015	31.12.2014
28.01.2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	54.000	18.729	10.484
02.05.2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	100.000	32.198	17.213
			154.000	50.927	27.697

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.674 (R\$1.303 em 31 de dezembro de 2014), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.001 e R\$755.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o exercício que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

Notas Explicativas

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

14. CREDOR PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em março de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Valor presente		Valor real em (*)	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Circulante				
Direito de outorga	49.718	46.336	51.064	47.574
Parcela variável (a)	418	416	418	416
Total	<u>50.136</u>	<u>46.752</u>	<u>51.482</u>	<u>47.990</u>
	Valor presente		Valor real em (*)	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Não circulante				
Direito de outorga	56.815	93.177	61.494	103.308
Total	<u>56.815</u>	<u>93.177</u>	<u>61.494</u>	<u>103.308</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do exercício, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária).

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

A quantidade de parcelas a partir de 31 de dezembro de 2015 está assim representada:

	Parcelas		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Quantidade de parcelas	12	14	26

O valor pago pela Sociedade no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 ao Poder Concedente foi de R\$53.295 (R\$48.443 de parcela fixa e R\$4.852 de parcela variável).

Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas relativas ao valor presente classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2017	48.895
2018	7.920
	<u>56.815</u>

15. PROVISÕESRiscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, às ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é conforme segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2015</u>
Cíveis	1.147	1.334	-	(41)	2.440
Trabalhistas	3.185	1.130	(1.581)	(5)	2.729
Total	<u>4.332</u>	<u>2.464</u>	<u>(1.581)</u>	<u>(46)</u>	<u>5.169</u>
	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2014</u>
Cíveis	833	585	(108)	(163)	1.147
Trabalhistas	2.312	1.376	(407)	(96)	3.185
Total	<u>3.145</u>	<u>1.961</u>	<u>(515)</u>	<u>(259)</u>	<u>4.332</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus

Notas Explicativas

advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis e trabalhistas. Tais processos representam os montantes de R\$609 e R\$278, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2015 (R\$1.036 e R\$322) respectivamente em 31 de dezembro de 2014).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante no montante de R\$2.217 (R\$2.719 em dezembro de 2014) referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção

A contabilização das provisões de manutenção nas rodovias é calculada, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é conforme segue:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>
Saldos em 31.12.2013	28.253	40.680
Adições/Reversões	-	(1.435)
Utilizações	(13.039)	-
Ajuste a valor presente	-	3.300
Transferências	8.435	(8.435)
Saldos em 31.12.2014	<u>23.649</u>	<u>34.110</u>

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>
Saldos em 31.12.2014	23.649	34.110
Adições/Reversões	-	20.139
Utilizações	(30.868)	-
Ajuste a valor presente	-	6.439
Transferências	44.185	(44.185)
Saldo em 31.12.2015	<u>36.966</u>	<u>16.503</u>

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, referente às manutenções realizadas, foram de R\$31.199 (R\$19.045 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é de R\$113.652, integralizado pelo valor de R\$107.543. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2015 estão demonstradas a seguir:

	31.12.2014 e 31.12.2015		
	Quantidade de ações subscritas	Quantidade de ações integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	1.132.038	1.071.134	100%

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 2015, foram distribuídos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$48.865, pagos em março de 2015 como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em 18 de setembro de 2015 a sociedade efetuou antecipação de dividendos referente ao período findo em 30 de junho de 2015 no montante de R\$29.458, mediante a utilização dos saldos da conta de reserva de lucros.

Notas Explicativas

O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e estão demonstrados a seguir:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Lucro líquido do exercício	69.992	96.075
Reserva legal - 5%	(3.500)	(4.804)
Base de cálculo	66.492	91.271
Dividendos estatutários obrigatórios	25%	25%
Total	<u>16.623</u>	<u>22.818</u>
Dividendos antecipados	(29.458)	(39.380)
Juros sobre capital próprio	(6.480)	(3.026)
Dividendos adicionais propostos	<u>(30.554)</u>	<u>(48.865)</u>
	<u>(66.492)</u>	<u>(91.271)</u>

Juros sobre capital próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade distribuiu lucros antecipados sobre a forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$6.480, líquidos de R\$972, referente ao imposto de renda retido na fonte. |

17. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receita de serviços prestados	321.577	320.695
Receita de serviços de construção	13.332	24.466
Outras receitas	1.977	2.406
	<u>336.886</u>	<u>347.567</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receita bruta	336.886	347.567
ISSQN	(16.193)	(16.145)
PIS	(2.124)	(2.128)
COFINS	(9.798)	(9.821)
Receita líquida	<u>308.771</u>	<u>319.473</u>

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Despesas:		
Com pessoal	(8.170)	(5.929)
Serviços de terceiros	(3.612)	(4.331)
Depreciação / Amortização	(340)	(350)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e	(883)	(1.446)
Manut./Conserv. Móveis/imóveis	(416)	(185)
Seguros/Garantias	(3)	(18)
Consumo	(2.170)	(2.381)
Transportes	(776)	(559)
Indenizações a terceiros	(2.311)	(603)
Outros	(1.692)	324
Total	<u>(20.373)</u>	<u>(15.478)</u>

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(13.332)	(24.466)
Com pessoal	(11.612)	(11.014)
Serviços de terceiros	(8.469)	(8.878)
Conservação	(8.881)	(8.883)
Manut./Conserv. Móveis/imóveis	(889)	(1.087)
Consumo	(1.667)	(1.429)
Transportes	(3.274)	(2.926)
Seguros / Garantias	(1.788)	(1.850)
Custos com poder concedente	(4.855)	(4.847)
Provisão de manutenção em rodovias	(24.992)	(4.571)
Depreciação / Amortização	(84.967)	(70.920)
Outros	(161)	(1.815)
Total	<u>(164.887)</u>	<u>(142.686)</u>

Notas Explicativas**19. RESULTADO FINANCEIRO**

Estão representados por

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	27.331	20.731
Aplicações financeiras	13.911	14.998
Outras receitas	-	-
Total	<u>41.242</u>	<u>35.729</u>
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(35.757)	(34.026)
Atualização monetária do ônus da concessão	(15.462)	(13.167)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(6.439)	(3.300)
Outras despesas	(2.180)	(1.354)
Total	<u>(59.838)</u>	<u>(51.847)</u>

20. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	13.030	2.332
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	5.508	2.572
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	(40.902)	(3.158)

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

21. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é como segue:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	102.765	144.046
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(34.940)	(48.976)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	2.203	1.029
Outros ajustes	(36)	(24)
Despesa contabilizada	<u>(32.773)</u>	<u>(47.971)</u>
 Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(29.625)	(40.632)
Diferido	<u>(3.148)</u>	<u>(7.339)</u>
	<u>(32.773)</u>	<u>(47.971)</u>

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A adoção dessa lei tornou-se obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2015.

22. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizadas para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro líquido do exercício	69.992	96.075
Número de ações durante o ano	<u>1.132.038</u>	<u>1.132.038</u>
Lucro por ação	<u>0,06183</u>	<u>0,08487</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

Notas Explicativas

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucro.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

Ativos	31.12.2015 Empréstimos recebíveis	31.12.2014 Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	43.823	126.567
Aplicações financeiras	46.743	55.531
Partes relacionadas	205.286	181.844
Contas a receber clientes	17.830	17.619
Outras contas a receber	81	70
	31.12.2015	31.12.2014
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções	7.495	4.467
Empréstimos e financiamentos	755	1.071
Debêntures	196.782	294.637
Partes relacionadas	7.890	2.339
Credores pela concessão	106.951	139.929
Outras contas a pagar	127	158

Não existem diferenças entre o valor de custo amortizado e o valor justo nos instrumentos financeiros da companhia.

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2015, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras e dos mútuos com partes relacionadas.

Notas Explicativas

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	13,75%	17,19%	20,63%	10,31%
Juros a incorrer (*)	(8.632)	(10.470)	(12.244)	(6.724)
Receita de aplicações (*)	12.058	15.073	18.087	9.044
Receita financeira de mútuo (*)	31.814	39.308	46.472	24.979
IPCA	7,44%	9,30%	11,16%	5,58%
Juros a incorrer (*)	(10.914)	(11.499)	(12.535)	(9.290)
Juros a incorrer (*)	<u>24.326</u>	<u>32.412</u>	<u>39.780</u>	<u>18.009</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$17.520 (R\$17.197 em 31 de dezembro de 2014) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de créditos bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2016	2017	Total
Debêntures - CDI	14,20%	66.501	31.890	98.391
Debêntures - IPCA	20,10%	57.812	60.866	118.678
Finame	6,00%	459	336	795
Credores pela concessão	10,60%	51.645	64.885	116.530
		<u>176.417</u>	<u>157.977</u>	<u>334.394</u>

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

25. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2015, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	25.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	133.037

(*) Por sinistro

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Vianorte S.A.

Sertãozinho - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Vianorte S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vianorte S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para sociedades abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação em 25 de fevereiro de 2015.

Campinas, 29 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Edgar Jabbour

Auditores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 156465/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autovias S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Olga Maria Ulian Cotrim

Diretora Superintendente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autovias S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Olga Maria Ulian Cotrim

Diretora Superintendente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica